

O espetáculo da Insegurança Pública: o RJ TV 1ª Edição e a Intervenção Militar na comunidade da Rocinha, no Rio de Janeiro¹

Aline Berriel Veroneze da Costa Leite²
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Este artigo faz uma análise da cobertura jornalística do RJTV 1ª Edição, da Rede Globo, durante a Intervenção Militar na comunidade da Rocinha, Zona Sul do Rio de Janeiro, em Setembro de 2017. As ações de segurança foram transmitidas ao vivo, com equipes da emissora e contou com participação popular, através do envio de fotos e vídeos por *WhatsApp*. Após resgatar o histórico das relações entre Polícia Militar e população no Estado, descreve-se a cobertura telejornalística, trazendo como questão central o papel e o impacto desta na Segurança Pública numa situação de crise. Tomando como base o conceito de Guy Debord, de ‘sociedade do espetáculo’, trabalha-se a fim de identificar se a visibilidade do material produzido pelos moradores, inserido no discurso da cobertura jornalística factual, de fato, colabora para a construção da cidadania.

Palavras-chave: telejornalismo; jornalismo colaborativo; discurso; segurança pública; espetáculo.

Introdução

A imprensa fluminense, em especial a televisiva, interage de modo próprio com cada um dos atores da rede da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro: tropas, cidadãos, Governo do Estado e Comando das Forças Policiais. A tropa da Polícia Militar, por exemplo, orquestra o envio de mensagens via *WhatsApp* às redações, quando há atraso do pagamento do trabalho extra obrigatório que realizam, o Regime Adicional de Trabalho, RAS. Uma vez que o não pagamento é pautado pelos veículos de comunicação, a solução é agilizada pela Corporação³. A população civil também tem feito registros de detalhes de operações policiais e conseguido, através do envio de fotos, arquivos de áudio e vídeo à produção das emissoras de televisão, visibilidade que

¹ Trabalho apresentado na XII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã - O direito à comunicação na luta por uma cidadania ativa, realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, em Juiz de Fora, Minas Gerais, de 25 a 27 de outubro de 2017.

² Pesquisadora mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: averonezereporter@gmail.com

³ Uma abordagem mais específica do uso do aplicativo *WhatsApp* como possibilidade de fala da tropa da PMERJ através da imprensa pode ser encontrada no artigo “Nos rastros das interações: Uma análise do impacto do aplicativo *WhatsApp* no fluxo comunicacional da tropa da PMERJ”, apresentado no Intercom 2017. VERONEZE, A. 2017. Disponível no link: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1880-1.pdf>.

colabora para a denúncia, para a conquista de mudanças em rotinas como revistas pessoais e domiciliares, ou mesmo para a instauração de processos correccionais em casos de abuso de poder. De modo que tropa e população civil têm produzido e enviado conteúdo para os meios de comunicação.

A televisão, como meio de comunicação de massa, não apenas desempenha o papel de mediadora, com a mera transmissão de fatos à população, mas interfere no decorrer das ações, como intermediária de associações (LEMOS, 2013, p. 34-60), conforme será exposto no decorrer deste artigo. Entretanto, cabe questionar se o fato da cobertura jornalística incluir a participação do público configura construção de melhores condições para o exercício da cidadania. Os jornalistas empoderam, deveras, as principais vítimas da violência? Trabalham investigando e inquirindo sobre as causas estruturais de questões sociais? Ou se limitam a alimentar o espetáculo, inclusive com consequências negativas às ações de combate ao crime organizado?

No dia 22 do mês de Setembro de 2017, após intenso tiroteio na comunidade da Rocinha, Zona Sul da capital fluminense, o Secretário de Segurança Roberto Sá e o Ministro da Defesa, Raul Jungmann, anunciaram a intervenção das tropas federais na região. Tendo como objeto a cobertura do telejornal RJTV 1ª edição nesta data, que permaneceu ao vivo durante toda a tarde com uma edição especial, este artigo discute a cobertura jornalística televisiva e as consequências da participação deste ator social nas ações de Segurança Pública em uma situação de crise. Trata-se de um convite a pensar a produção dos espetáculos político e midiático que acabam por gerar uma realidade tão espetacular quanto a sua representação.

Para tornar mais evidente as implicações da cobertura jornalística do evento estudado, foi descrito inicialmente o *ethos* da Segurança Pública no Estado, as bases históricas, políticas e culturais em que foram construídas as interações atuais da polícia no cenário fluminense. Este resgate é construído a partir de pesquisas bibliográficas e de buscas no Arquivo Nacional e tem como ênfase a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a PMERJ, já que esta é a Força responsável pelo policiamento ostensivo, o contato mais direto com a população.

Partindo dos conceitos expostos por Guy Debord (2003), em ‘A Sociedade do espetáculo’, abordamos a questão da Segurança Pública em seu aspecto mais amplo, como resultado e projeto das relações existentes, na lógica de que, na nossa sociedade, naquilo que não é, lhe é permitido parecer.

O Ethos da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro

Para que se pesquise a hipótese da cobertura jornalística colaborar ou não, efetivamente, com a Segurança Pública e a construção da cidadania, é essencial que se conheça em que base as relações atuais se estabeleceram. Para começar, é preciso entender que a formação da polícia fluminense aconteceu nos moldes da polícia europeia, principalmente francesa. Vem deste modelo a divisão entre as polícias civil e militar. A Polícia Militar é uma polícia de formação para-judiciária, com atividades voltadas para conter comportamentos indesejados. (COTTA, 2012; FARIA, 2007). Essa polícia treinada nos moldes do exército, sob um regulamento que calava e punia seus membros sem piedade, produzia, no contato com a população civil, uma violência proporcional ao ideal de combate aos inimigos de guerra.

Quase toda ação policial entre 1810 e 1821 estava relacionada aos escravos (...). Juntamente aos escravos, cidadãos negros e mulatos também eram alvos prováveis de sofrer nas mãos de uma força liderada pelo famoso Miguel Nunes Vidigal. (...) Vidigal supervisionava chicoteamentos que vieram a ser conhecidos como "ceias de camarão", ao que deixavam as vítimas com uma pele tão rosa que esta remetia o animal (ASHCROFT, 2017).

Dom Pedro não via outra forma de treinar a polícia e nem seria capaz de conter as revoltas que ocorriam entre as Companhias. Após uma grave manifestação em oposição ao governo, a Guarda Real foi extinta, mas recriada, meses depois, com o nome de Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Esta nova polícia, instituída por Diogo Antônio Feijó e consolidada pelo Major Luiz Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, tornou-se modelo, previsto na legislação vigente, para as demais províncias do Império do Brasil. Era uma polícia de viés mais liberal, que teoricamente não apanharia, mas da qual se aceitava “um exercício tolerável de violência” (HOLLOWAY, 1997, p. 52).

Durante o período da Regência, as intensas dinâmicas políticas resultavam na frequente substituição de governantes, administradores da justiça, chefes de polícia, entre outros. Essas mudanças no jogo de poder afetavam a atividade dos agentes de Segurança Pública. A segurança era uma política de governo e não de Estado, de modo que a cada novo ator em posição de poder, as diretrizes para o policiamento no Rio de Janeiro sofriam mudanças.

Com a Proclamação da República, a polícia funcionava ora como braço coercitivo do Estado, repressora de práticas culturais e agente produtora de uma

modernidade pela força, ora como agente do Estado franqueador de direitos. A construção da ordem urbana fluminense foi se convertendo de imperial para burguesa e o policiamento ganhando novos sentidos. A aprovação do Código Penal, de 1890, manteve a polícia focada nos cidadãos mais vulneráveis, introduzindo leis que puniam brutalmente atos de “vadiagem”, embriaguez e a prostituição. As relações que a tropa estabelecia com a população e com o comando permaneciam baseadas nas dinâmicas oriundas do militarismo e em um regulamento complexo e rigoroso, que reduzia a margem de arbítrio da tropa ao mínimo e garantia espaço para o abuso de poder dos comandantes para com a tropa e desta para com a população.

Durante o regime de exceção, à luz da Doutrina da Segurança Nacional, a ideologia da PMERJ baseava-se em exterminar o inimigo, em encarar a ida para o campo de trabalho como a partida para o combate⁴. O objetivo era a proteção dos interesses nacionais, a preservação da ordem pública e a incolumidade de determinado grupo de pessoas e do patrimônio. (FREIRE, 2009 p.54).

Em meados dos anos 80, o Brasil deu início ao processo de redemocratização e deveria ser consequente a adequação dos aparatos policiais aos pressupostos do Estado de Direito, próprios de um período de estabilidade política. Assumiu o comando da PMERJ, um Coronel da Corporação, negro, reconhecido por ser um oficial defensor público dos Direitos Humanos: Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Esboçava-se, assim, a tentativa pioneira de mudança dos paradigmas operacionais da Polícia Militar. Até então, os Comandantes da PMERJ tinham sido indicados pelo Exército ou eram oficiais da própria Força Combatente. Significa dizer que há apenas pouco mais de três décadas a PMERJ passou a ser comandada por um de seus oficiais.

Com a nova Constituição Federal, foram elaboradas medidas que visavam o fortalecimento da cidadania e das competências de estados e municípios. O texto constitucional estabeleceu a segurança como papel de todos. O conceito de violência passou a abranger também a ameaça ao indivíduo. Entretanto, no caso específico do Rio de Janeiro, atribuir aos Policiais Militares a missão de zelar pela segurança do cidadão, no policiamento ostensivo, em contato direto com dinâmicas próprias de cada localidade, sem oferecer condições mínimas que incluíam reconhecimento do território; treinamento e equipamento adequados; ressaltou os dilemas de um cenário urbano, social e político complexo.

⁴Para informações mais detalhadas sobre o comportamento esperado de um soldado, ver: Manual Básico da Escola Superior de Guerra (1988), disponível em: <<http://www.esg.br>>. Acesso em 21 de maio de 2017.

Na prática, passou a ser de menor importância, no dia a dia dos policiais, se mataram um bandido, se dispararam a esmo e as balas perdidas mataram inocentes, se forjaram autos de resistência. Venceram o jogo quando voltaram vivos para a casa e só há autoridade que interfira no jogo após os fatos estarem consumados.

A PMERJ tornou-se uma polícia sem credibilidade perante a população, que mata muito e que também é vítima de assassinatos com frequência. Informações da Coordenadoria de Comunicação Social da Corporação da PMERJ, a CComSoc, apontam que em Janeiro e Fevereiro de 2017, 182 pessoas foram mortas pela polícia.⁵ Os cidadãos mortos, em geral, são jovens, negros, de baixa renda, perfil muito semelhante ao de origem da própria tropa. O desafio de levar policiamento e segurança a comunidades já dominadas pelo narcotráfico também não poupou esses servidores do Estado do sacrifício da própria vida: até o dia 29 de Agosto de 2017, cem policiais foram mortos no Rio de Janeiro. Essas perdas têm alto custo moral ao Estado e baixo impacto financeiro: o salário de um Policial Militar do Rio de Janeiro figura entre os quatro piores do país⁶. O policial é tratado como um proletário que deve receber apenas o que suficiente para sua sobrevivência. Se a perda de vidas entre a população mais pobre era um mal necessário do processo de garantia da segurança, a perda de policiais passa a ser também parte deste preço.

O Caso Exército na Rocinha, Setembro de 2017

Depois de uma solicitação do Governador do Estado do Rio de Janeiro à Presidência da República, no final do mês de Julho de 2017, as tropas das Forças Armadas Brasileiras chegaram à capital fluminense. Além de atuar em eventos pontuais para o combate da violência urbana, a participação das tropas restringia-se a operações surpresas em pontos específicos, voltados, principalmente, para o combate ao roubo de cargas. O reforço na segurança, contudo, teve pouco impacto no que ocorrera nos meses seguintes, entre criminosos, dentro das comunidades.

Esta é uma postura que tem como objetivo auxiliar a polícia local, neste caso, tanto a Polícia Civil, quanto a Polícia Militar, em situações limites, sem, contudo, ocupar-se integralmente de suas atribuições, reduzindo ao máximo possível o comprometimento da imagem de ambas. É também um modo de oferecer à população

⁵ Uma análise dos dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro dos últimos dez anos revela que o número de pessoas mortas pela Polícia Militar no Rio de Janeiro apresentou redução a partir de 2007, depois da implementação das Unidades de Polícia Pacificadoras, as UPPs, mas em 2014 voltaram a subir.

⁶ Dados de 2016, divulgados pela Associação Nacional das Entidades Representativas dos Militares Brasileiros.

imagens fortes que tragam a sensação de que o Estado está trabalhando em prol da segurança. A mensagem a ser transmitida à população era: ‘Vamos agir onde for extremamente urgente, porque o Exército tem outras atribuições e a Polícia daqui está apta a conter a criminalidade’.

Com os tiroteios frequentes na favela da Rocinha, apesar das constantes operações da PMERJ, no início de Setembro o Governador Luiz Fernando Pezão foi insistentemente inquirido, ao vivo, pela equipe do RJTV, sobre o motivo das tropas federais, que já estavam na cidade, ainda não participarem em garantir a segurança no local. A resposta do Chefe do Executivo estadual foi que ‘tudo estava sobre controle’ e que, ‘logo durante o ‘*Rock in Rio*’ não era o momento adequado’ para que uma guerra ainda mais intensa fosse deflagrada.

O que ocorria na comunidade era uma disputa por poder dentro da mesma facção. O traficante Antônio Bonfim Lopes, conhecido como ‘Nem’ ainda gerencia o comércio de entorpecentes na região a partir do presídio federal de Rondônia. Um grupo de bandidos do Morro do São Carlos, no bairro do Estácio, Zona Norte da cidade, sob o comando do ex-guarda costas de Nem, ‘Rogério 157’, almejava assumir definitivamente os negócios.

Em meados de Setembro, o setor de inteligência da PMERJ detectou a possibilidade de invasão na comunidade e acionou o Batalhão de Operações Especiais, o BOPE, que iniciou operações na região. Apreenderam drogas, mais de duas dezenas de fuzis, prenderam 16 pessoas e os confrontos resultaram em sete mortos. Apesar da presença dos policiais, na madrugada de 21 de Setembro houve um toque de recolher às 20 horas e ônibus cheios de bandidos chegaram, invadindo a Rocinha pela parte alta da comunidade, que faz divisa com uma mata (JORNAL EXTRA, 2017). Um aviso circulava pelas redes sociais e aplicativos de comunicação: “O comércio da Rocinha está fechado e o transporte dentro do morro está parado. Não saiam das suas casas. Quem mora na Rocinha e trabalha fora, é melhor ligar para algum parente” (PORTAL G1, 2017).

Os veículos de comunicação anunciaram que mais de uma centena de criminosos invadiram a favela. A cúpula da Segurança Pública do Estado anunciou a intervenção das Forças Nacionais, com o envio de 950 homens à Rocinha.

Simultaneamente, outros conflitos se intensificaram em diferentes pontos da cidade. No Morro do Alemão, um estudante de 18 anos foi baleado no pátio de uma escola. No conjunto da Maré, um tiro também atingiu uma adolescente de 16 anos.

Houve confrontos na Vila Kennedy, na Zona Oeste; e nos morros Chapéu Mangueira e Dona Marta, na Zona Sul da cidade. Entretanto, a violência, banalizada, já não surpreende. Não é novidade um carro blindado entrando em uma comunidade onde este fato é recorrente ou a história de mais um cidadão morto, seja ele um policial, um idoso, uma criança ou mesmo um bebê no ventre da mãe. Portanto, o foco dos noticiários permanece na movimentação espetacular na Rocinha.

Faz parte do meu show

Uma edição especial do telejornal da Rede Globo de Televisão, o RJTV, voltado para a cobertura jornalística de fatos locais, do Estado do Rio de Janeiro, interrompeu o programa ‘Encontro com Fátima Bernardes’, parte da grade da programação nacional. O RJTV permaneceu no ar durante toda aquela tarde, suprimindo a exibição de outras atrações como Globo Esporte, Vídeo Show e Sessão da Tarde.

A violência na região é assunto costumaz no telejornal local, mas o anúncio da entrada das Forças Armadas na comunidade transformou a pauta em um espetáculo do qual não se podia perder nenhum pormenor. A intervenção das tropas federais dá início a uma corrida entre os veículos de comunicação. É preciso mostrar tudo, no instante em que acontece, tornando assim a cobertura daquela emissora mais ‘completa’ que a da concorrência.

Imagens enviadas pelos telespectadores revelavam cenas de locais que os profissionais de televisão não conseguiriam acessar: um vídeo mostrava dezenas de homens atirando em determinado ponto de uma das vielas, fortemente armados. A foto abaixo, também uma contribuição de um dos moradores, foi exibida em uma matéria do telejornal e publicada no site de notícias da emissora, o G1⁷:

⁷ Foto publicada em <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/nem-ordenou-invasao-da-rocinha-de-dentro-de-presidio-federal-em-rondonia.ghtml>. Acesso em 05 de outubro de 2017.



Imagens mostram criminosos armados correndo pela Rocinha.
(Foto: Reprodução/WhatsApp)

A entrada em cena de cerca de mil homens do Exército, Marinha e Aeronáutica, com uniformes de guerra e equipamento pesado, produz um duplo espetáculo: é matéria prima para os veículos de comunicação com imagens fortes, sonoras de moradores amedrontados e comentários de especialistas; e serve ao jogo político, para a consolidação da ideia de que, com as tropas federais, com todo o aparato bélico, será possível garantir o que historicamente, como apresentado no início deste artigo, fugiu ao controle da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro e do Governo Federal, responsável por suas fronteiras. Mídia e Estado dão início a mais um episódio do show da ‘segurança instantânea’, que cria uma sensação ilusória e temporária de que ‘tudo estará sob controle’ e oferece aos moradores uma dose abrupta de esperança de dias melhores. Como nos apontou Debord (2003, p.11), “a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo no real. Esta alienação recíproca é a essência e o sustento da sociedade existente”.

As equipes de jornalismo do RJTV, no início da tarde, foram todas mobilizadas para o entorno da favela. Os repórteres narravam quaisquer movimentos que consideravam estranhos à rotina da Rocinha. Nas ruas, os moradores evitavam as entrevistas, mas continuavam a mandar, via aplicativo *WhatsApp*, vídeos e fotos para a emissora. As características materiais de tecnologias como celular e aplicativos tornaram a participação do cidadão na imprensa em geral, inclusive nos telejornais, muito mais frequente: o *WhatsApp* pode ser instalado em qualquer tipo de celular, *android* ou *ios*; faz parte do repertório de

conhecimento tecnológico da maior parte da população; pode ser usado com discrição para registro e compartilhamento e garante a impossibilidade de rastreamento do conteúdo e sigilo para a fonte (VERONEZE, 2016, p.8-18).

Essa edição especial do jornal RJTV foi apresentada pelas jornalistas Ana Luíza Guimarães e Mariana Gross. As apresentadoras e os repórteres que participaram da cobertura usavam o tom emocionado e de sobressalto. Ao vivo, a repórter Mônica Teixeira narrava a chegada das tropas:

Neste momento, os homens do Exército que estavam posicionados aqui na Autoestrada Lagoa-Barra começam a entrar na rua principal da comunidade. Eles entraram em fila, apontando os fuzis para cima e neste exato momento a gente ouviu fogos. A gente está numa passarela, aqui, em frente à Rocinha, e várias pessoas se assustaram, saíram correndo, até pensando que pudesse ser tiro, mas se deram conta de que eram fogos e aí se acalmaram um pouco. Foi exatamente no momento em que os soldados entraram aqui, começavam a entrar nesta rua principal aqui da Rocinha (GLOBOPLAY, 2017).

A apresentadora Ana Luíza Guimarães confirma para a repórter que é possível acompanhar a movimentação pelas imagens da câmera da equipe. Há uma re-exibição dos takes com a repetição de toda a informação. Com uma segunda equipe, o repórter Ari Peixoto, posicionado em outro acesso à comunidade, fala sobre ter escutado um helicóptero com ruído mais potente que o ruído das aeronaves utilizadas pelas emissoras de televisão e que deveria se tratar da chegada do helicóptero militar. Momentos depois, Monica Teixeira confirma que, do ponto onde está, é possível ver o helicóptero chegando. Logo em seguida, um vídeo é compartilhado por *WhatsApp*, exibindo homens do exército descendo de rapel no alto da mata.

A repórter Mônica Teixeira continua:

Ali na passarela, não sei se vocês conseguem ver... Toninho Marinhos, você consegue mostrar para a gente? Alguns homens do exército passaram. Estão passando! Neste momento! Na passarela que passa por cima da Autoestrada Lagoa-Barra (...). Bom, o que parece é que este cerco está começando a ser organizado aqui na Rocinha (GLOBO PLAY, 2017).

A fala da repórter é interrompida subitamente pela entrada de imagens da equipe da Globonews. Mariana Gross repete que a equipe está acompanhando a chegada do Exército à Rocinha e informa a localização exata da subida de parte da tropa: pelo acesso dos Boiadeiros. O especialista em segurança, comentarista da emissora, Fernando Veloso, explica que o fato de haver tantos militares reunidos, ali, na parte baixa da Rocinha, em uma das ruas de acesso, indica que ‘eles estão concentrados, já

receberam as orientações para ação e aguardam ordem para iniciar a operação’. Quando a imagem volta para Monica Teixeira, estão enquadrados pelo cinegrafista os blindados chegando pela Autoestrada Lagoa-Barra. A repórter conta, ao vivo, o número de veículos que passa: “Um, dois, três, quatro, uma grande quantidade de blindados, um comboio, olha só quantos blindados!” (GLOBOPLAY, 2017).

Moradores também continuavam a colaborar, ansiosos por verem o material que produziram sendo veiculado no telejornal. A participação do processo de registro e narrativa dos fatos traz a sensação de que teriam escapado do sistema unilateral de comunicação. A população vê a possibilidade de um lugar de fala em um cenário em que historicamente não teve espaço a não ser para ser vigiada e punida. Como se dissessem: ‘Estamos aqui, mostrando ao mundo o que estamos vivendo. Somos representados, estamos na Globo, estamos ganhando espaço!’ Será?

A administração desta sociedade e todo o contato entre os homens já não podem ser exercidos senão por intermédio deste poder de comunicação instantâneo, é por isso que tal «comunicação» é essencialmente unilateral; sua concentração se traduz acumulando nas mãos da administração do sistema existente os meios que lhe permitem prosseguir administrando (DEBORD, 2003, p.16).

A população desapercebe que, apesar da visibilidade que conquista, produz para uma indústria da informação e fornece para que outros contem sua história, os detentores dos meios, do modo e com a finalidade que lhes for conveniente. Debord lembra que:

Com a separação generalizada do trabalhador daquilo que ele produz perde-se todo ponto de vista unitário sobre a atividade realizada, perde-se toda a comunicação pessoal direta entre os produtores. Na senda do progresso da acumulação dos produtos separados, e da concentração do processo produtivo, a unidade e a comunicação tornam-se atribuições exclusivas da direção do sistema (DEBORD,2003, p.15)

Como consequência das frequentes participações populares exibidas na mídia, os criminosos reagiram. Neste caso, os moradores relataram que, no interior da comunidade, bandidos passaram a vistoriar celulares de transeuntes em busca de fotos ou vídeos que identificasse seus delatores, aumentando a opressão aos moradores.

Durante toda a cobertura jornalística da atuação das Forças Armadas na Rocinha, a intenção era transmitir, no momento em que as ações ocorriam, cada movimento da ocupação da Comunidade. O discurso empregado pelos profissionais do RJTV teve tom espetacular, o que é usual nestas situações e corrobora com a afirmação

de Debord (2003, p.11) de que “ao analisar o espetáculo, fala-se em certa medida a própria linguagem do espetacular, no sentido de que se pisa no terreno metodológico desta sociedade que se exprime no espetáculo”. Os jornalistas acabaram por tirar qualquer possibilidade de efeito-surpresa da ação dos profissionais de segurança.

A incapacidade do Estado de garantir de forma permanente ao cidadão o Direito Fundamental à vida, o de ir e vir, além de muitos outros, previstos no texto constitucional, gera sentimentos coletivos e individuais em diferentes níveis de pânico, próprios de situações bélicas. Este espetáculo serve ao Estado, que precisa parecer eficiente, agindo em prol dos valores do Estado Democrático de Direito, através do uso das Forças Armadas para a ‘garantia’ da segurança na região. Transmite a ideia de que o poder público está empregando esforço máximo na luta contra o Inimigo maior: o Narcotráfico. Está aí uma das grandes incoerências de todo o panorama apresentado até agora: é a falta de uma política real e eficiente de segurança que gera a demanda por uma ação tão extrema.

A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social levou, na definição de toda a realização humana, a uma evidente degradação do ser em ter. A fase presente da ocupação total da vida social em busca da acumulação de resultados econômicos conduz a uma busca generalizada do ter e do parecer, de forma que todo o «ter» efetivo perde o seu prestígio imediato e a sua função última. Assim, toda a realidade individual se tornou social e diretamente dependente do poderio social obtido. (DEBORD, 2003, p. 13)

O caos rotineiro que a população local enfrenta, torna-se um período pontual de alteração na rotina da cidade a ser transmitido pelo telejornalismo. A violência dentro daquele espaço é naturalizada em uma dinâmica que parece anestesiá-los os cidadãos quanto ao absurdo dessas condições de sobrevivência, mantendo-os hipnotizados, imersos em assistirem a si. Debord (2003, p14) resume bem esta situação ao afirmar que “o espetáculo é o mau sonho da sociedade moderna acorrentada, que ao cabo não exprime senão o seu desejo de dormir”.

O poder, tanto público quanto dos detentores dos meios de produção jornalística, usa o espetáculo. O show promovido pela televisão, com descrições minuciosas e sobressaltadas, além de comentários em tom alarmante; sem preocupação com o fato de interferirem na efetividade das ações militares; inclusive gerando represália de bandidos contra moradores, serve para garantir audiência e ampliar a demonstração de contundência promovida pela equipe de Segurança do Estado. A vida cotidiana ganha tom especulativo tal qual a metodologia do seu sistema representativo.

Sem grandes prisões ou apreensões, as tropas das Forças Armadas deixaram a Rocinha no dia 29 de Setembro. Duas semanas depois, no início de Outubro, estavam de volta, cercando novamente a comunidade em apoio a outra operação da PMERJ em busca dos mesmos traficantes. O show não pode parar. Mas desta vez, não houve edição especial do jornal. Não há para o *deja vú* tão recente, não surte efeito similar.

Conclusão:

O Rio de Janeiro tem um histórico de policiamento ostensivo baseado no militarismo, que sempre criminalizou minorias, funcionando como braço coercitivo do governo. Em tempos de tentativa de aproximação da Polícia Militar da população com a Segurança Cidadã, a intervenção das Forças Militares é um retrocesso. É a constatação da falência do sistema de segurança atual, um espetáculo sem resultados compatíveis com a mobilização que provocam.

Efetivamente, a população civil e a tropa têm maior acesso aos veículos de comunicação. Com o advento e a popularização de novas tecnologias de registro e compartilhamento, detalhes do trabalho, que muitas vezes ficavam restritos nos ambientes em que as interações aconteciam, ganharam visibilidade. Como colocado no início deste artigo, o resultado dessa relação tem sido algumas conquistas pontuais do exercício de direitos já garantidos legalmente. Uma horizontalização da comunicação em situações específicas e óbvias.

As ferramentas tecnológicas têm o potencial de possibilitar a aquisição do capital social, a produção de novos sentidos e de resultar em responsabilização das corporações no serviço prestado à sociedade, mas essas são consequências que dependem do uso que os atores fazem delas. As transformações sociais tão urgentes não virão do uso meramente ilustrativo do conteúdo da participação popular, sem o aprofundamento das questões essenciais. Neste caso específico, da cobertura da intervenção das tropas federais na favela da Rocinha, a participação da comunidade serviu para alimentar o telejornal como atração em que as pessoas se veem e se identificam, mas não houve ganho real para a cidadania, muito pelo contrário, repercutiu para prejuízo dos moradores, aumentando a opressão por parte dos bandidos. Longe de ser um discurso que liberta, que confere importância ao lugar de fala da população, as participações permitem o desabafo, e garantem a continuidade da administração pelo sistema.

O telejornal RJTV cobrou, insistentemente, do Governador e do Secretário de Segurança, intervenções das tropas do Governo Federal na comunidade da Rocinha.

Não se vê esforços em intensidade proporcional para promoção de cidadania e qualidade de vida tanto entre os moradores das áreas de maior intensidade da mancha criminal quanto da tropa da PMERJ. Trata-se de uma cobrança para acabar temporariamente com os sintomas, de se tratar a superfície das questões, um comportamento fruto do domínio das categorias do ver, do parecer e não do ser. Entretanto, cabe lembrar que nenhuma ideologia pode servir para disfarçar fins parciais em fins gerais.

O tratamento que o jornalismo brasileiro, em especial o televisivo, dá a Segurança Pública é o constatado no RJTV: o de se restringir a narrar em tom emocional o caos, interferindo nas ações de segurança como fazem os fogueteiros do tráfico, que anunciam cada avanço das tropas na comunidade e o de trazer algum comentarista para traduzir para os leigos, procedimentos específicos. A segurança, como mercadoria do espetáculo, perde a possibilidade de algum êxito pontual, mesmo que em situações de crise, sem o sigilo e a estratégia necessários.

Cabe ao jornalismo prestar deveras um serviço à Segurança Pública por deixar de se restringir ao factual e se empenhar em reportagens mais profundas, investigativas, em parceria com os profissionais da inteligência da Segurança, que buscassem desvendar, de fato, as engrenagens do crime organizado. O poder das armas e drogas encontrou nessa população fluminense tão carente de todos os serviços, a camuflagem necessária para o desenvolvimento de seu projeto criminoso-empendedor paralelo. O Rio de Janeiro não é o produtor das armas e drogas que movimentam a economia de grandes facções criminosas que hoje dominam o Estado. O centro da questão não se restringe ao espaço geográfico das favelas, muito pelo contrário. Há uma grande indústria do crime que não pode ter apenas seu efeito colateral combatido. Quem são os verdadeiros barões do narcotráfico brasileiro? Como esse armamento pesado entra nas comunidades? Quais são as vias de legalização do dinheiro do crime? Não se pode ignorar o poder econômico do tráfico, a histórica marginalidade atribuída à população operária, a inoperância de um Estado sem projeto para o futuro.

A insegurança é um produto que alimenta uma engrenagem que funciona a base de carências e os veículos de comunicação são parte desta engrenagem. O jornalismo ganha destaque justamente quando consegue escapar desta produção cíclica de denunciismo raso. É a tomada de consciência que detém o poder.

REFERÊNCIAS

ASHCROFT, Patrick. **História da Polícia Militar do Rio de Janeiro: Primórdios do Século XIX**. In: Rioonwatch: relatos das favelas cariocas. 2014. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br>. Acesso em 23 de junho de 2017.

COTTA, Francis. **Matrizes do sistema policial brasileiro**. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Editora eLibris.2003. E-book disponível em: www.ebooksbrasil.com/eLibris/socespetaculo.html e acessado em 05 de Agosto de 2017.

FARIA, Regina. **Em nome da ordem: a constituição dos aparatos policiais no universo luso-brasileiro (sécs. XVIII-XIX)**. Tese (doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

FREIRE, Moema. **Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias**. Revista Aurora, vol. 3, n. 1, 2009.

GLOBOPLAY. **RJTV 22 de Setembro de 2017**. Programa disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6167166/programa>. Acessado em 01 de Outubro de 2017.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro. FGV, 1997. 343 p.

JORNAL EXTRA. **Bandidos decretaram toque de recolher na Favela da Rocinha**. Publicado em 18/09/17 09:24 Atualizado em 18/09/17 09:25. Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/bandidos-decretaram-toque-de-recolher-na-favela-da-rocinha-21836617.html>.

LEMOS, André. **A Comunicação das coisas: Teoria Ator-Rede e cibercultura**. São Paulo: AnnaBlume, 2013.

PORTAL G1, 2017. Leslie Leitão, Bette Lucchese e Paulo Renato Soares. **Nem ordenou invasão da Rocinha de dentro de presídio federal em Rondônia**. Publicada em 19/09/2017, às 20h47. Disponível em <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/nem-ordenou-invasao-da-rocinha-de-dentro-de-presidio-federal-em-rondonia.ghtml>.

TRIVINHO, Eugênio. **Introdução à democracia cibercultural: contextualização sociodramática da violência invisível da técnica e da civilização mediática avançada**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 28, p 63-78, dez. 2005.

VERONEZE, Aline. **O Whatsapp sob a ótica da teoria das materialidades e dos estudos neuromidiáticos**. Artigo publicado nos anais do IV Encontro Regional Sudeste de História da Mídia. UFF, 2016. Disponível em <http://www.historiadamidiasudeste.com/uploads/8/0/3/0/80305748/md20.pdf>. Acessado em 03 de outubro de 2017.